



## **Informações Semestrais**

**Preparadas de Acordo com as  
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis  
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco  
Central do Brasil**

**Banco RCI Brasil S.A.**

**30 de junho de 2021**

## Índice das Informações Semestrais

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes	5
Informações Semestrais	
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Informações Semestrais	13
Relação dos Administradores	33
<b>Declarações:</b>	
Declaração dos Diretores sobre as Informações Semestrais	34
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	35

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Informações Semestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

## Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

## Eventos Societários

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$55.000 milhões (R\$110,09 por ação ordinária e R\$121,10 por ação preferencial, líquidos em reais por ação; R\$129,52 por ação ordinária e R\$142,47 por ação preferencial, brutos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 06 de janeiro de 2021.

## Política de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

## Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.590 milhões em 30 de junho de 2021, apresentando evolução de 13% em relação a R\$1.405 milhões em 31 de dezembro de 2020. O lucro líquido apresentado no período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$90 milhões (30/06/2020 - R\$100 milhões).

## Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2021, os ativos totais atingiram R\$10.625 milhões (31/12/2020 – R\$11.392 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$9.071 milhões (31/12/2020 – R\$9.345 milhões).

Em 30 de junho de 2021, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.505 milhões (31/12/2020 – R\$4.501 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$4.708 milhões (31/12/2020 – R\$4.402 milhões).

## Conjuntura Econômica

Ao final do segundo trimestre de 2021, o Banco RCI observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,85% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é maior à observada no final do primeiro trimestre (3,17%) e, na avaliação do Banco RCI, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou além do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,9% para o primeiro trimestre de 2021. Os dados de atividade econômica divulgados contrastaram com nossa estimativa de crescimento do PIB para o trimestre anterior (também estimávamos alta de 0,9%) e alteraram nossa expectativa de que a economia brasileira crescerá 3,6% em 2021. Preliminarmente, alteramos nossa projeção de crescimento do PIB para 4,9% neste ano.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ainda no segundo trimestre de 2021, o Banco RCI testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 8,1%, patamar bastante acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e também superior ao valor de 5,9% projetado pelo Banco RCI para o este ano. O Banco RCI entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 2,75% a.a. para 4,25% a.a. entre os fechamentos do primeiro e segundo trimestres de 2021. O Banco RCI julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco RCI projeta que a taxa Selic atingirá 6,50% a.a. ao final de 2021 e 7,00% a.a. no encerramento de 2022.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o segundo trimestre de 2021 cotada a R\$5,06/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,63/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de valorização do Real está alinhada com a previsão do Banco de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2021 cotada a R\$5,25/US\$.

Os desempenhos das variáveis mencionadas anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou favorável e que teve como destaques os seguintes temas: avanço dos programas de imunização contra a COVID-19 nas economias avançadas; recuperação econômica mais célere da economia mundial; surgimento de pressões inflacionárias e; discussão acerca de possível reversão dos estímulos monetários concedidos em várias economias – com destaque para os EUA. De fato, os temas estão entrelaçados, já que o avanço no processo de imunização – principalmente em economias avançadas – permitiu a retomada mais célere em diversas partes do globo e gerou alguns gargalos em cadeias produtivas importantes. Por sua vez, estes gargalos acabaram provocando problemas na produção de alguns produtos – automóveis, por exemplo – e causaram elevação de preços que foram capturados pelos índices de inflação. Diante de um quadro inflacionário menos tranquilo – ainda que causados por alguns reveses temporários – o Banco RCI viu crescer a discussão acerca da possibilidade de reversão das políticas de incentivos monetários que foram amplamente adotadas para dar suporte à demanda durante a pandemia. Para o Banco, esta discussão explicou o registro de alguma volatilidade nos preços dos ativos, principalmente no mercado de renda fixa norte-americano.

No ambiente doméstico, o Banco RCI entende que os principais temas foram os seguintes: letargia no programa de imunização contra a COVID-19, continuidade do processo de normalização da taxa de juros; persistência das pressões inflacionárias; índices de atividade econômica mais robustos que o imaginado anteriormente e; redução da percepção de risco quanto ao arcabouço fiscal brasileiro. Para o Banco, o fato de a economia brasileira ter apresentado crescimento econômico robusto no 1T21, a despeito do recrudescimento do quadro pandêmico e da ausência de incentivos fiscais no período foi uma surpresa bastante positiva. Para o Banco RCI, o desempenho mostrou que, mesmo a adoção de medidas de restrições à mobilidade e a menor massa de rendimentos não impediu a economia de manter-se em trajetória de recuperação. Para o Banco, esta pode ser a explicação para a extensão das pressões inflacionárias que levaram a autoridade monetária brasileira a sinalizar a continuidade do processo de normalização da política monetária. Por fim, o Banco reconhece que elementos circunstanciais provocaram melhora na percepção de risco quanto à dívida do governo nos próximos anos, já que o ponto de partida de sua trajetória deverá ser mais baixo do que anteriormente imaginado. Entretanto, o Banco RCI continua chamando a atenção para a dinâmica estrutural preocupante que ela poderá seguir na ausência de reformas estruturais no futuro próximo.

### **Auditoria Independente**

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período findo em 30 de junho de 2021, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Semestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## Outras Informações

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2020, foi aprovada a eleição para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato complementar válido até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, do Sr. João Miguel dos Santos Leandro na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

## Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 26 de agosto de 2021.

**O Conselho de Administração**

**A Diretoria**



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Banco RCI Brasil S.A.  
Curitiba - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



### **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de premissas e fatores (internos e externos) para determinação do rating, incluindo inadimplência dos clientes e garantia das operações, cenário econômico atual, setor de atividade econômica e demais fatores definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda, envolvem premissas e julgamento baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e também devido à complexidade dos métodos e premissas utilizados e ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação e registro das operações de crédito e de arrendamento mercantil, classificação e atualização dos ratings dos clientes e operações que são base para a apuração da provisão.
- analisamos o cálculo aritmético, incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

### **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor



Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.





Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP-252418/O-3

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Balanco Patrimonial**

	Notas Explicativas	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>		<b>4.818.044</b>	<b>5.507.911</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>40.130</b>	<b>38.033</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>4.689.076</b>	<b>5.315.564</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	121.091	618.112
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	152.961	152.512
Operações de Crédito	8.b	4.191.342	4.343.798
Outros Ativos Financeiros	6	223.682	201.142
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>8.c</b>	<b>138.219</b>	<b>188.476</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.f</b>	<b>(103.730)</b>	<b>(106.080)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>10</b>	<b>51.247</b>	<b>68.723</b>
<b>Ativos Fiscais Correntes</b>	<b>9.a</b>	<b>3.102</b>	<b>3.195</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>5.806.908</b>	<b>5.883.672</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.327.489</b>	<b>5.277.708</b>
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	658.408	651.484
Instrumentos Financeiros Derivativos		44.295	-
Operações de Crédito	8.b	4.624.786	4.626.224
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>8.c</b>	<b>116.389</b>	<b>186.668</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.f</b>	<b>(161.046)</b>	<b>(163.366)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>10</b>	<b>209.458</b>	<b>211.716</b>
<b>Ativos Fiscais Diferido</b>	<b>9.b</b>	<b>311.137</b>	<b>367.132</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>3.310</b>	<b>3.560</b>
Imobilizado de Uso		6.452	6.440
Depreciações Acumuladas		(3.142)	(2.880)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>171</b>	<b>254</b>
Ativos Intangíveis		5.834	5.834
Amortizações Acumuladas		(5.663)	(5.580)
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.624.952</b>	<b>11.391.583</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Semestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	30/06/2021	31/12/2020
<b>Passivo Circulante</b>		<b>2.112.121</b>	<b>3.715.227</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>1.746.527</b>	<b>3.279.805</b>
Depósitos	13.a	147.359	1.552.447
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.446.673	1.561.842
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	147.235	165.499
Outros Passivos Financeiros		5.260	17
<b>Outros Passivos</b>	<b>14</b>	<b>252.027</b>	<b>330.132</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>9.c</b>	<b>113.567</b>	<b>105.290</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>6.923.131</b>	<b>6.270.903</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>6.618.373</b>	<b>5.947.683</b>
Depósitos	13.a	3.357.245	2.948.514
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	3.261.128	2.840.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	-	159.087
<b>Outros Passivos</b>	<b>14</b>	<b>203.696</b>	<b>211.211</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>9.c</b>	<b>101.062</b>	<b>112.009</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>1.589.700</b>	<b>1.405.452</b>
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		549.308	459.101
Ajustes de Avaliação Patrimonial		55.167	(38.874)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.589.700</b>	<b>1.405.452</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>10.624.952</b>	<b>11.391.583</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Semestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações dos Resultados**

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>662.009</b>	<b>708.597</b>
Operações de Crédito		543.944	597.222
Operações de Arrendamento Mercantil		178.832	180.500
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		16.230	21.500
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(79.644)	(97.314)
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.647	6.689
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(399.044)</b>	<b>(448.606)</b>
Operações de Captação no Mercado		(167.303)	(212.510)
Operações de Arrendamento Mercantil		(176.162)	(155.247)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(55.579)	(80.849)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>262.965</b>	<b>259.991</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(118.394)</b>	<b>(102.234)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		5.669	5.994
Rendas de Tarifas Bancárias	18	30.814	29.134
Despesas de Pessoal		(22.746)	(22.755)
Outras Despesas Administrativas	19	(100.285)	(93.576)
Despesas Tributárias		(15.514)	(17.189)
Outras Receitas Operacionais	20	30.256	29.520
Outras Despesas Operacionais	21	(46.588)	(33.363)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>144.571</b>	<b>157.756</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	22	<b>11.578</b>	<b>13.389</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>156.149</b>	<b>171.145</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	9.d	<b>(64.227)</b>	<b>(69.388)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(46.650)	(38.960)
Provisão para Contribuição Social		(28.565)	(39.347)
Ativo Fiscal Diferido		10.988	8.919
<b>Participação dos Empregados no Lucro</b>		<b>(1.715)</b>	<b>(1.809)</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>90.207</b>	<b>99.948</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Semestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Lucro Líquido</b>	<b>90.207</b>	<b>99.948</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas</b>	<b>94.042</b>	<b>(30.520)</b>
<b>Ativo Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>3</b>	<b>(5)</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	6	(9)
Imposto de Renda	(3)	4
<b>Hedges de fluxo de caixa</b>	<b>94.039</b>	<b>(30.515)</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	180.827	(54.525)
Imposto de Renda	(86.788)	24.010
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>184.249</b>	<b>69.428</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Semestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>985.225</b>	<b>62.046</b>	<b>324.711</b>	<b>(57.139)</b>	-	<b>1.314.843</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(30.519)	-	<b>(30.519)</b>
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(48.561)	-	-	<b>(48.561)</b>
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	99.948	<b>99.948</b>
<b>Destinações:</b>						
Reserva Legal	-	4.997	-	-	(4.997)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	94.951	-	(94.951)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>985.225</b>	<b>67.043</b>	<b>371.101</b>	<b>(87.658)</b>	-	<b>1.335.711</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>985.225</b>	<b>71.076</b>	<b>388.025</b>	<b>(38.874)</b>	-	<b>1.405.452</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	94.041	-	<b>94.041</b>
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	90.207	<b>90.207</b>
<b>Destinações:</b>						
Reserva Legal	-	4.511	-	-	(4.511)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	85.696	-	(85.696)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>985.225</b>	<b>75.587</b>	<b>473.721</b>	<b>55.167</b>	-	<b>1.589.700</b>
<b>Mutações no Período</b>	-	-	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Semestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações de Fluxo de Caixa**

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido</b>		<b>90.207</b>	<b>99.948</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>53.780</b>	<b>97.383</b>
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	55.579	80.849
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	9	(10.988)	8.919
Depreciações e Amortizações		345	481
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	10.476	10.791
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(1.205)	(2.742)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(427)	(915)
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(764.420)</b>	<b>1.006.210</b>
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(134.977)	5.649
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		214.181	847.163
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(22.540)	275.352
Redução (aumento) em Outros Créditos		88.441	(25.993)
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		-	10.319
Redução em Depósitos		(996.357)	(114.962)
Redução Aumento em Outras Obrigações		188.710	67.246
<b>Impostos Pagos</b>		<b>(101.878)</b>	<b>(58.564)</b>
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(620.433)</b>	<b>1.203.541</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(12)	(1.658)
<b>Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(12)</b>	<b>(1.658)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		1.146.833	1.495.316
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(974.562)	(2.113.054)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	(46.750)	(111.460)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento</b>		<b>125.521</b>	<b>(729.198)</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(494.924)</b>	<b>472.685</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre</b>	4	<b>656.145</b>	<b>406.438</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre</b>	4	<b>161.221</b>	<b>879.123</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Semestrais.



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações do Valor Adicionado**

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020	
Receitas da Intermediação Financeira		662.008	708.597	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		36.484	35.128	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	<b>8.f</b>	(55.579)	(80.849)	
Outras Receitas (Despesas)		(4.736)	(3.145)	
Despesas da Intermediação Financeira		(343.465)	(367.757)	
<b>Insumos de Terceiros</b>		<b>(99.290)</b>	<b>(79.986)</b>	
Serviços de Terceiros		(38.655)	(28.756)	
Outros		(60.635)	(51.230)	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>195.422</b>	<b>211.988</b>	
<b>Retenções:</b>				
Depreciações e Amortizações		(346)	(481)	
<b>Valor Adicionado Bruto a Distribuir</b>		<b>195.076</b>	<b>211.507</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>		<b>20.715</b>	<b>21.036</b>	<b>10%</b>
Remuneração		14.902	14.834	
Benefícios		3.534	3.541	
FGTS		1.292	1.296	
Outras		987	1.365	
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>83.485</b>	<b>90.105</b>	<b>43%</b>
Federais		80.744	87.101	
Municipais		2.741	3.004	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		669	417	0%
Remuneração de Capitais Próprios		90.207	99.949	47%
<b>Total</b>		<b>195.076</b>	<b>211.507</b>	<b>100%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Semestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

## 2. Apresentação das Informações Semestrais

As Informações Semestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução CMN nº 4.818/2020 revogou a Resolução CMN nº 4.720/2020. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Embora revogada a Circular Bacen 3.959/2.019 pela Resolução BCB nº 2/2.021, entre outros requisitos, manteve o novo formato de apresentação das operações de arrendamento mercantil.

A preparação das Informações Semestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de ativos e passivos fiscais diferidos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Semestrais para o período findo em 30 de junho de 2021 na reunião realizada em 26 de agosto de 2021.

## 3. Principais Práticas Contábeis

### a) Alterações em Práticas Contábeis:

Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o semestre findo em 30 de junho de 2021, com exceção das alterações mencionadas nos parágrafos a seguir

#### a.1) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº. 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta Circular BACEN nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- a) próprios;
- b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## a.2) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de Setembro de 2.020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

## b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Semestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

## c) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

## d) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

## e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

## f) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

## g) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

#### **h) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

#### **i) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

#### **j) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

#### **k) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

##### **k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

##### **l) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

###### **l.1) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## I.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

### m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

### n) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Semestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Informações Semestrais.

### o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em despesas tributárias.

### p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25 % com vigência a partir de 1º de março de 2021, decorrente a MP 1.034 de 01/03/21.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os ativos fiscais diferidos são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização ativos fiscais diferidos, conforme demonstrada na Nota 9.b.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

#### q) Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

#### r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

#### s) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Informações Semestrais são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

#### t) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI considera que o lucro líquido do Banco do período findo de 30 junho 2021, no montante de R\$ 90.207 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2020	31/12/2019
<b>Disponibilidade</b>	<b>40.130</b>	<b>38.033</b>	<b>39.074</b>	<b>9.383</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>121.091</b>	<b>618.112</b>	<b>840.050</b>	<b>397.055</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	121.091	618.112	840.050	397.055
<b>Total</b>	<b>161.221</b>	<b>656.145</b>	<b>879.124</b>	<b>406.438</b>

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020, 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

#### I) Resumo da Carteira por Categorias

			30/06/2021	31/12/2020
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>811.393</b>	<b>(24)</b>	<b>811.369</b>	<b>803.996</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>152.985</b>	<b>(24)</b>	<b>152.961</b>	<b>152.735</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	152.985	(24)	152.961	152.735
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>658.408</b>	<b>-</b>	<b>658.408</b>	<b>651.261</b>
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	658.408	-	658.408	651.261
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>811.393</b>	<b>(24)</b>	<b>811.369</b>	<b>803.996</b>
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo</b>	<b>811.393</b>	<b>(24)</b>	<b>811.369</b>	<b>803.996</b>

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

#### II) Abertura por Vencimento

	30/06/2021		
	Até 3 meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>152.961</b>	<b>658.408</b>	<b>811.369</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>152.961</b>	<b>-</b>	<b>152.961</b>
LFT	152.961	-	152.961
<b>Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>658.408</b>	<b>658.408</b>
FIDC Venda de Veículos <sup>(1)</sup>	-	658.408	658.408
<b>Total</b>	<b>152.961</b>	<b>658.408</b>	<b>811.369</b>

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

#### b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos**

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
"Swap" Negociação – Diferencial a Receber	-	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	-	-
<b>Total</b>	-	-
<b>Passivo</b>		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	108.262	324.586
<b>Total</b>	<b>108.262</b>	<b>324.586</b>

No período findo em 30 de junho de 2021, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$79.644 (31/12/2020 - R\$222.285)."

**II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais**

	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
<b>"Swap" – Negociação</b>						
<b>Ativo</b>	<b>650.000</b>	<b>658.405</b>	<b>663.507</b>	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	650.000	658.405	663.507	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>(650.000)</b>	<b>(660.369)</b>	<b>(658.186)</b>	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	(650.000)	(660.369)	(658.186)	-	-	-
<b>"Swap" - Negociação</b>	-	<b>(1.964)</b>	<b>5.321</b>	-	-	-

**III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa**

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre abril de 2018 a junho de 2021 e os vencimentos são entre julho de 2021 e novembro de 2024.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
<b>"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"</b>						
<b>Ativo</b>	<b>4.018.370</b>	<b>4.201.527</b>	<b>4.284.844</b>	<b>4.556.020</b>	<b>4.787.791</b>	<b>4.828.355</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	4.018.370	4.201.527	4.284.844	4.556.020	4.787.791	4.828.355
<b>Passivo</b>	<b>(4.018.370)</b>	<b>(4.376.223)</b>	<b>(4.393.106)</b>	<b>(4.556.020)</b>	<b>(4.997.985)</b>	<b>(5.152.940)</b>
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.018.370)	(4.376.223)	(4.393.106)	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)
<b>"Hedge" de Fluxo de Caixa</b>	-	<b>(174.696)</b>	<b>(108.262)</b>	-	<b>(210.194)</b>	<b>(324.586)</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
	<b>Contratos de Swap</b>			
Hedge de Captações	(4.018.370)	(4.376.223)	(4.393.106)	(4.910.176)

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
	<b>Contratos de Swap</b>			
Hedge de Captações	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)	(5.577.268)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$106.729 (31/12/2020 - R\$74.097) brutos e R\$55.167 (31/12/2020 - R\$38.874) líquido dos efeitos tributários.

#### IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

	Valor Referencial				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2021	31/12/2020
				Total	Total
"Swap"	-	650.000	-	650.000	-
Operações de Hedge	517.050	1.347.470	2.153.850	4.018.370	4.556.020
<b>Total</b>	<b>517.050</b>	<b>1.353.970</b>	<b>2.153.850</b>	<b>4.668.370</b>	<b>4.556.020</b>

#### V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

#### VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

#### 6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$223.682 (31/12/2020-R\$201.142) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

#### 7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "*banking*", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "*banking*" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "*banking*", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de junho de 2021, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira " <i>banking</i> " Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(689)	(13.292)	(25.207)
<b>Total</b> <sup>(1)</sup>		<b>(689)</b>	<b>(13.292)</b>	<b>(25.207)</b>

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

**Cenário 1:** uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

## 8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

### a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	30/06/2021	31/12/2020
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	806.978	871.525
Financiamentos - CDC Veículos	8.009.150	8.098.497
Operação de Arrendamento	254.608	375.144
<b>Total</b>	<b>9.070.736</b>	<b>9.345.166</b>

### Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	30/06/2021	31/12/2020
Vencidas	67.507	54.193
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	1.369.196	1.734.199
De 3 a 12 Meses	2.892.858	2.743.881
De 1 a 5 Anos	4.739.914	4.810.552
Acima de 5 Anos	1.261	2.341
<b>Total</b>	<b>9.070.736</b>	<b>9.345.166</b>

### b) Carteira de Créditos

	30/06/2021	31/12/2020
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	806.978	871.525
Financiamentos - CDC Veículos	8.009.150	8.098.497
<b>Total</b>	<b>8.816.128</b>	<b>8.970.022</b>

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito	30/06/2021	31/12/2020
Vencidas	62.800	48.513
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	1.329.619	1.679.172
De 3 a 12 Meses	2.798.923	2.616.113
De 1 a 5 Anos	4.623.525	4.623.883
Acima de 5 Anos	1.261	2.341
<b>Total</b>	<b>8.816.128</b>	<b>8.970.022</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**c) Carteira de Arrendamento**

	30/06/2021	31/12/2020
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	302.231	455.792
Arrendamentos a Receber	94.335	141.076
Valores Residuais a Realizar <sup>(1)</sup>	207.896	314.716
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(89.690)	(134.795)
Valores Residuais a Balancear	(207.896)	(314.716)
Outros Valores e Bens	249	475
Imobilizado de Arrendamento	806.738	1.072.059
Credores por Antecipação de Valor Residual	(557.024)	(703.671)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>254.608</b>	<b>375.144</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

**Carteira de Arrendamento por Vencimento**

Carteira de Arrendamento a Valor Presente	30/06/2021	31/12/2020
Vencidas	4.707	5.680
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	39.577	55.027
De 3 a 12 Meses	93.935	127.768
De 1 a 5 Anos	116.389	186.669
<b>Total</b>	<b>254.608</b>	<b>375.144</b>

**d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades**

Setor Privado	30/06/2021	31/12/2020
Indústria	46.264	42.266
Comércio	983.122	1.045.655
Instituições Financeiras	337	379
Serviços e Outros	341.586	291.374
Pessoas Físicas	7.698.090	7.964.455
Agricultura	1.337	1.037
<b>Total</b>	<b>9.070.736</b>	<b>9.345.166</b>

**e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

Nível de Risco	% Provisão	Carteira de Créditos				30/06/2021		
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Provisão Total
AA	-	356.011	-	356.011	-	-	-	
A	0,5%	7.037.581	-	7.037.581	35.188	-	35.188	
B	1%	789.944	173.192	963.136	9.631	-	9.631	
C	3%	198.973	159.911	358.884	10.767	-	10.767	
D	10%	41.708	74.275	115.983	11.598	-	11.598	
E	30%	14.220	39.884	54.104	16.231	8.118	24.349	
F	50%	4.180	35.003	39.183	19.591	7.817	27.408	
G	70%	8.091	25.516	33.607	23.525	10.064	33.589	
H	100%	13.477	98.770	112.247	112.247	-	112.247	
<b>Total</b>		<b>8.464.185</b>	<b>606.551</b>	<b>9.070.736</b>	<b>238.778</b>	<b>25.999</b>	<b>264.777</b>	

Nível de Risco	% Provisão	Carteira de Créditos				31/12/2020		
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Provisão Total
AA	-	364.216	-	364.216	-	-	-	
A	0,5%	7.498.616	-	7.498.616	37.493	-	37.493	
B	1%	762.515	139.802	902.317	9.023	-	9.023	
C	3%	149.158	116.904	266.062	7.982	13.631	21.613	
D	10%	49.007	55.762	104.769	10.477	20.901	31.378	
E	30%	11.874	44.368	56.242	16.873	11.220	28.093	
F	50%	14.653	22.240	36.893	18.447	7.360	25.807	
G	70%	3.238	19.759	22.997	16.097	6.888	22.985	
H	100%	15.021	78.033	93.054	93.054	-	93.054	
<b>Total</b>		<b>8.868.298</b>	<b>476.868</b>	<b>9.345.166</b>	<b>209.446</b>	<b>60.000</b>	<b>269.446</b>	

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

#### f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>269.446</b>	<b>181.679</b>
Constituição (Reversão)	55.579	80.849
Baixas	(60.249)	(54.245)
<b>Saldo Final</b>	<b>264.776</b>	<b>208.283</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>	<b>9.618</b>	<b>8.185</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 30 de junho de 2021 as renegociações atingiram o montante de R\$393.818 (31/12/2020 R\$492.978).

### 9. Ativos e Passivos Fiscais

#### a) Ativos Fiscais Correntes

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar.

#### b) Ativos Fiscais Diferidos

##### b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Saldos em	
	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	30/06/2021
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	468.169	473.830	213.224	28.915	(27.561)	<b>214.578</b>
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	6.990	7.782	3.502	1.572	(1.870)	<b>3.204</b>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	106.304	100.485	44.727	2.849	(230)	<b>47.346</b>
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	12.200	14.456	6.505	360	(1.314)	<b>5.551</b>
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	13.930	110.608	49.774	-	(43.331)	<b>6.443</b>
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	14.610	232.005	5.394	-	(4.715)	<b>679</b>
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	5.237	5.065	2.279	772	(655)	<b>2.396</b>
Outras Provisões Temporárias	66.982	69.021	31.059	-	(118)	<b>30.941</b>
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>694.422</b>	<b>1.013.252</b>	<b>356.464</b>	<b>34.468</b>	<b>(79.794)</b>	<b>311.138</b>
Prejuízos Fiscais	-	-	10.668	-	(10.668)	-
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>694.421</b>	<b>367.132</b>	<b>367.132</b>	<b>34.468</b>	<b>(90.462)</b>	<b>311.138</b>

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, o Banco RCI não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

##### b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			30/06/2021
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total Registrados
2021	25.168	25.168	170	50.506
2022	51.056	40.845	340	92.241
2023	45.452	36.362	170	81.984
2024	38.371	30.697	-	69.068
2025	4.511	3.117	-	7.628
2026 a 2030	5.395	4.316	-	9.711
<b>Total</b>	<b>169.953</b>	<b>140.505</b>	<b>680</b>	<b>311.138</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

### b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$296.299 (31/12/2020 - R\$351.012), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

### c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Pagar	6.547	15.156
Passivos Fiscais Diferidos	170.243	150.097
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	37.839	52.046
<b>Total</b>	<b>214.629</b>	<b>217.299</b>

### c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Saldos em	
	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	30/06/2021
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	6.947	-	-	3.213	-	3.213
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	7.286	-	-	339	-	339
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	77.253	1.507	679	35.051	-	35.730
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	81.021	1.581	74	3.694	-	3.768
Superveniência de Arrendamento Mercantil	508.776	597.379	149.344	-	(22.151)	127.194
<b>Total</b>	<b>681.283</b>	<b>600.467</b>	<b>150.097</b>	<b>42.297</b>	<b>(22.151)</b>	<b>170.243</b>

### c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			30/06/2021
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	Total
2021	39.211	5.263	1.026	<b>45.500</b>
2022	39.004	8.420	2.053	<b>49.477</b>
2023	39.160	4.210	1.026	<b>44.396</b>
2024	27.474	-	-	<b>27.474</b>
2025	3.396	-	-	<b>3.396</b>
<b>Total</b>	<b>148.245</b>	<b>17.893</b>	<b>4.105</b>	<b>170.243</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**d) Imposto de Renda e Contribuição Social**

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>156.149</b>	<b>171.145</b>
Participações no Lucro	(1.715)	(1.809)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>154.434</b>	<b>169.336</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente</b>	<b>(69.495)</b>	<b>(76.201)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	604	543
Demais Ajustes CSLL 5%	4.773	5.977
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(108)	293
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(64.226)</b>	<b>(69.388)</b>

10. Outros Ativos	30/06/2021	31/12/2020
<b>Devedores por Depósitos em Garantia</b>		
Para Interposição de Recursos Fiscais	181.696	180.480
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	3.209	3.781
Para Interposição de Recursos Cíveis	23.532	26.641
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	15.316	27.969
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	34.777	39.018
Outros	2.175	2.550
<b>Total</b>	<b>260.705</b>	<b>280.439</b>

**11. Imobilizado de Uso**

	30/06/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.662	(1.205)	1.457	1.567
Sistemas de Segurança e Comunicações	146	(117)	29	31
Sistemas de Processamento de Dados	1.030	(769)	261	298
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.614	(1.051)	1.563	1.664
<b>Total</b>	<b>6.452</b>	<b>(3.142)</b>	<b>3.310</b>	<b>3.560</b>

**12. Intangível**

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.834 (31/12/2020- R\$5.834) como custo de aquisição e R\$5.663 (31/12/2020 - R\$5.580) de amortização acumulada.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**13. Captação de Recursos****a) Depósitos**

	30/06/2021		31/12/2020			
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros <sup>(1)</sup>	-	494.119	1.048.669	1.814.457	3.357.245	4.355.893
Depósitos a Prazo <sup>(2)</sup>	-	119.535	5.233	12.932	137.700	136.641
Outros Depósitos <sup>(3)</sup>	9.659	-	-	-	9.659	8.427
<b>Total</b>	<b>9.659</b>	<b>613.654</b>	<b>1.053.902</b>	<b>1.827.389</b>	<b>3.504.604</b>	<b>4.500.961</b>

(1) Inclui o valor de R\$1.372.437 (31/12/2020 - R\$1.969.612) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 18 de maio de 2018 até 11 de dezembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2024.

(2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 12 de julho de 2019 até 30 de junho de 2021 e prazo de vencimento entre 2021 e 2024 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

**b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

	30/06/2021		31/12/2020		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais <sup>(1)(3)</sup>	63.852	301.412	913.020	1.278.284	1.074.301
Letras Financeiras <sup>(2)(4)</sup>	501.543	446.261	2.481.713	3.429.517	3.327.623
<b>Total</b>	<b>565.395</b>	<b>747.673</b>	<b>3.394.733</b>	<b>4.707.801</b>	<b>4.401.924</b>

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 12 de julho de 2018 e 30 de junho de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2025.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$150. Possuem data de emissão entre 18 de abril 2018 a 29 de abril de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2025 sem possibilidade de antecipação.

(3) Em 30 de junho de 2021, inclui o valor de R\$425.025 (31/12/2020 - R\$446.805) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 30 de junho de 2021, inclui o valor de R\$3.112.714 (31/12/2020 - R\$3.160.851) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

**14. Outros Passivos**

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Sociais e Estatutárias</b>	<b>1.632</b>	<b>53.622</b>
<b>Diversas</b>	<b>454.091</b>	<b>487.713</b>
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	169.167	166.943
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	184.941	201.972
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	7.371	12.608
Provisões com Despesas de Comissões	7.756	11.212
Provisões com Despesas Profit Share	9.625	13.084
Provisões com Campanhas de Publicidade	22.541	29.909
Outras	52.690	51.993
<b>Total</b>	<b>455.723</b>	<b>541.343</b>

**15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais****a) Ativos Contingentes**

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	149.977	144.705
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	19.190	22.238
Ações Trabalhistas	12.200	14.456
Ações Cíveis	6.990	7.782
<b>Total</b>	<b>169.167</b>	<b>166.943</b>



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2021			01/01 a 30/06/2020		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>144.705</b>	<b>14.456</b>	<b>7.782</b>	<b>137.391</b>	<b>13.138</b>	<b>15.837</b>
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias <sup>(1)</sup>	6.460	(1.493)	5.509	6.180	805	3.806
Pagamentos	(1.188)	(763)	(6.301)	(1.295)	(304)	(10.985)
<b>Saldo Final</b>	<b>149.977</b>	<b>12.200</b>	<b>6.990</b>	<b>142.276</b>	<b>13.639</b>	<b>8.658</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	181.696	3.361	23.532	178.647	2.883	24.678

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

### d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**PIS e COFINS** - R\$14.343 (31/12/2020 - R\$14.252): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$115.219 (31/12/2020 - R\$114.449): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

### e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

### f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$44.101 para ações cíveis, R\$1.539 para ações trabalhistas e R\$229.434 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelha as descritas nos itens "d" e "e" (31/12/2020 - R\$45.011, R\$1.619 e R\$209.846, respectivamente).

**PIS/COFINS – Auto de Infração** - R\$123.844 (31/12/2020 - R\$116.666): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
<b>Total</b>	<b>202.512</b>	<b>201.941</b>	<b>404.453</b>

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	Em Milhares de Reais			30/06/2021			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação		Reais por Ação	
				Bruto	Líquido	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(1)</sup>	55.000	(8.250)	46.750	129,52	142,47	110,09	121,10
Dividendos (2)	4.731	-	4.731	11,14	12,26	11,14	12,26
<b>Total</b>	<b>59.731</b>	<b>(8.250)</b>	<b>51.481</b>				

(1) Deliberado na reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2020 e pagamento foi realizado em 06 de janeiro de 2021.

(2) Valor correspondente entre o mínimo exigido e o saldo de JCP deliberado

### c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

### d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

## 17. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2021 foi fixado o valor máximo de R\$4.853 (2020 - R\$4.335). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

### a.2) Benefícios de Curto Prazo

<b>Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva</b>	<b>01/01 a 30/06/2021</b>	<b>01/01 a 30/06/2020</b>
Remuneração Fixa	700	695
Remuneração Variável	96	98
Outras	415	478
<b>Total</b>	<b>1.211</b>	<b>1.271</b>

Adicionalmente, no período findo em 30 de junho de 2021, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$272 (30/06/2020 - R\$563).

### b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

### c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

### d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2021	31/12/2020	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>39.954</b>	<b>38.033</b>	-	-
Banco Santander <sup>(3)</sup>	39.954	38.033	-	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>87.000</b>	<b>188.013</b>	<b>3.227</b>	<b>3.316</b>
Banco Santander <sup>(3)</sup>	87.000	188.013	3.227	3.316
<b>Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria</b>	<b>658.408</b>	<b>651.261</b>	<b>7.147</b>	<b>12.824</b>
FIDC Venda de Veículos <sup>(9)</sup>	658.408	651.261	7.147	12.824
<b>Operações de Crédito</b>	<b>2.626</b>	<b>3.509</b>	<b>15.897</b>	<b>16.787</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	1.204	1.502	6.293	8.087
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. <sup>(4)</sup>	342	337	1.648	1.424
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	1.080	1.670	7.956	7.277
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas<sup>(6)(10)</sup></b>	<b>15.317</b>	<b>28.408</b>	<b>76.238</b>	<b>98.343</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	15.083	24.378	63.546	78.058
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	184	3.952	12.206	19.584
FIDC Venda de Veículos <sup>(9)</sup>	-	-	127	101
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. <sup>(8)</sup>	50	78	359	600
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(2.864.444)</b>	<b>(3.565.452)</b>	<b>(90.492)</b>	<b>(103.524)</b>
Banco Santander <sup>(3)</sup>	(2.864.444)	(3.565.452)	(90.492)	(103.524)
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>	<b>(477.772)</b>	<b>(296.314)</b>	<b>(4.475)</b>	<b>(5.841)</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	-	-	-	(538)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. <sup>(8)</sup>	(135.382)	(75.560)	(1.078)	(1.446)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. <sup>(4)</sup>	(194.675)	(174.201)	(2.223)	(2.694)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. <sup>(8)</sup>	(14.110)	(13.935)	(187)	(133)
FIDC Venda de Veículos <sup>(9)</sup>	(133.605)	(32.618)	(987)	(1.029)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	-	<b>(51.481)</b>	-	-
RCI Banque <sup>(3)</sup>	-	(30.945)	-	-
Banco Santander <sup>(3)</sup>	-	(20.536)	-	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(6.895)</b>	<b>(10.388)</b>	<b>(34.701)</b>	<b>(31.763)</b>
Banco Santander <sup>(3)</sup>	-	-	(5.919)	(5.019)
RCI Banque <sup>(1)(3)</sup>	(1.392)	(3.136)	(6.081)	(965)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. <sup>(1)(5)</sup>	(2.173)	(2.216)	(6.449)	(7.548)
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(3.330)	(5.036)	(16.252)	(18.230)
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(43)</b>	<b>(32)</b>	<b>(1.490)</b>	<b>(1.661)</b>
Pessoal Chave da Administração	-	-	(1.211)	(1.271)
Santander Brasil Tecnologia S.A	-	-	(26)	(159)
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(24)	(17)	(142)	(111)
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(19)	(15)	(111)	(118)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil <sup>(2)(9)</sup>	-	-	-	(2)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 18.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**18. Rendas de Tarifas Bancárias**

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	27.972	25.933
Outras	2.842	3.201
<b>Total</b>	<b>30.814</b>	<b>29.134</b>

**19. Outras Despesas Administrativas**

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Serviços do Sistema Financeiro	10.097	8.599
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	34.371	41.449
Propaganda e Publicidade	23.148	20.097
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	6.449	7.548
Convênio Operacional RCI Banque	6.081	965
Serviços de Processamento de Dados	14.409	8.929
Transportes e Viagens	193	1.029
Outras	5.537	4.960
<b>Total</b>	<b>100.285</b>	<b>93.576</b>

**20. Outras Receitas Operacionais**

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Atualização de Depósitos Judiciais	1.205	2.742
Atualização de Impostos a Compensar	427	915
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	571	878
Recuperação de Encargos e Despesas <sup>(1)</sup>	24.638	24.098
Reversão de Provisões Operacionais – Trabalhistas	3.056	849
Outras	359	38
<b>Total</b>	<b>30.256</b>	<b>29.520</b>

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

**21. Outras Despesas Operacionais**

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	25.072	23.813
<b>Provisões Operacionais</b>		
Cíveis (Nota 15.c)	5.667	(3.188)
Fiscais (Nota 15.c)	5.177	3.806
Trabalhista (Nota 15.c)	1.562	1.654
Gastos com Contratos em Atraso	6.375	4.023
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	1.088	1.014
Atualização Monetária Contingência Fiscal	1.181	1.893
Outras	466	348
<b>Total</b>	<b>46.588</b>	<b>33.363</b>

**22. Resultado Não Operacional**

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado com Bens não de Uso Próprio	11.748	13.888
Perdas de Capital	(170)	(499)
<b>Total</b>	<b>11.578</b>	<b>13.389</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### 23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Informações Semestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas do Banco Santander, referentes ao período em 30 de junho de 2021, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

#### d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco RCI mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

\*\*\*\*\*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **Presidente**

François Guionnet

### **Suplente do Presidente do Conselho**

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

### **Conselheiros Efetivos**

Angel Santodomingo Martell  
Andre de Carvalho Novaes  
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee  
Francisco Javier Muñoz Bermejo  
João Miguel dos Santos Leandro

### **Conselheiros Suplentes**

Gustavo de Sousa Santos  
Enrico Rossini  
Fabien Jean Michel Tournier  
Roberto Alexandre Borges Fischetti  
Diogo Rodrigues de Sousa Lima

## DIRETORIA

### **Diretor Presidente e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

### **Diretor de Relações Institucionais**

Andre de Carvalho Novaes

### **Diretor Administrativo Financeiro**

Fabien Jean Michel Tournier

### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

## CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC Nº 1SP 316054/O-4

*\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

### Declaração dos Diretores sobre as Informações Semestrais

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Semestrais da Companhia, relativas ao período findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

#### **Diretor Presidente e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

#### **Diretor Administrativo Financeiro**

Fabien Jean Michel Tournier

#### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

#### **Diretor de Relações Institucionais**

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 26 de agosto de 2021.



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### **Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 30 de junho de 2021, sobre as Informações Semestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

#### **Diretores Presidentes e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

#### **Diretor Administrativo Financeiro**

Fabien Jean Michel Tournier

#### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

#### **Diretor de Relações Institucionais**

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 26 de agosto de 2021.